

Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

Por Fabio Caprio Leite de Castro

Introdução

A noção de urbanismo ecológico surge como decorrência de um conjunto de crises que se intensificaram no início do século XXI e que afetaram também o setor imobiliário. Arquitetos e urbanistas mobilizaram-se na esperança de transformar essa situação. A primeira geração de respostas consistiu em traçar indicadores através de certificações, entre os quais se destaca o BREEAM, na Inglaterra, destinado a edifícios de escritórios, e o LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), atualmente o principal selo de avaliação para edifícios sustentáveis. Em um segundo momento, a certificação expandiu-se para a escala urbana LEED – Novos Empreendimentos. Nos Estados Unidos e em diversos outros países essa certificação tem sido cada vez mais utilizada. O Brasil já ocupa a terceira colocação em projetos com este selo de sustentabilidade.¹

Desde então, iniciou-se uma reflexão ambiental sobre a necessária ampliação da escala das certificações sustentáveis, ainda demasiado restrita ao objeto arquitetônico, com o objetivo de levar a ecologia à infraestrutura urbanística maior do território das cidades. Utilizou-se a denominação "urbanismo ecológico", embora diversos paradigmas a tenham disputado, entre eles, por exemplo, o *novo urbanismo* e o *urbanismo paisagístico*. A compreensão de que o modelo do urbanismo ecológico é o *urbanismo sustentável* depende de uma teoria geral que demonstre a sua conjunção. O primeiro ponto do nosso artigo é destinado a avaliar os aspectos centrais dessa teoria na possível reconciliação dos valores rurais e urbanos.

O urbanismo ecológico tem recebido maior acolhida nos novos projetos urbanísticos e arquitetônicos e sua ampla e progressiva aceitação talvez se deva ao fato de que ele constitua o modelo que melhor responda aos problemas das metrópoles.

.....

¹Acerca da colocação do Brasil no ranking, ver o artigo: "Brasil é o terceiro colocado no ranking mundial de projetos com certificação LEED." [Secovi-SP. Disponível em: <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/obras/brasil-e-o-terceiro-colocado-no-ranking-mundial-de-projetos-338557-1.aspx>. Acesso em 27/10/2016]. Segundo o relatório LEED de 2016, o Brasil apresentou crescimento de 30% no uso do sistema de classificação LEED em um ano. ["Relatório Leed 2016 mostra crescimento da construção sustentável no Brasil". *Eco Brasília*. Disponível em: <http://www.ecobrasilia.com.br/2016/08/11/relatorio-leed-de-2016-mostra-crescimento-da-construcao-sustentavel-no-brasil/>. Acesso em 27/10/2016].

Neste início de século, a maioria da população vive em cidades.² Além disso, a globalização intensificou as relações sociais e produziu uma transformação gradual do espaço público, tanto no sentido positivo da inclusão social, como no sentido negativo da exclusão e desníveis colossais.³

Com base na construção teórica apontada, derivada das necessidades de nossa vida urbana na metrópole contemporânea, será formulada uma perspectiva de revitalização ou recuperação em escala urbana. O questionamento nodal que percorrerá esta análise relaciona-se à retomada de espaços (áreas industriais ou portuárias desativadas, obras abandonadas, praças ou lagos poluídos etc.), como um potencial viabilizador de novos empreendimentos, condizentes com a sustentabilidade ambiental. Essa última análise permitirá examinar diversos exemplos de projetos bem-sucedidos, assim como, em especial, avaliar o plano de revitalização do 4º Distrito e o plano de gestão da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre.

I) Uma teoria geral do urbanismo ecológico

O urbanismo ecológico tem o propósito de "responder à crescente conscientização global sobre o limite de nossos recursos", constituindo a disciplina na qual um novo paradigma verde encontra a sua aplicação no corpo da cidade a fim de compatibilizar o consumo com os recursos disponíveis.⁴ Talvez possamos considerar como um marco das investigações e do debate sobre esse tema a realização do Simpósio *Ecological Urbanism*, pela *Graduate School of Design*, na Universidade de Harvard, em 2009, sob a organização de Mohsen Mostafavi e Gareth Doherty, o qual reuniu diversas contribuições em um volume homônimo. Dentre os valiosos estudos apresentados, chama atenção a proposta de uma teoria geral do urbanismo ecológico, por Andrés Duany, uma das lideranças do novo urbanismo, responsável por mais de trezentos projetos regionais.⁵ Com efeito, a tentativa de ancorar o urbanismo ecológico em um horizonte teórico garante-lhe maior firmeza diante de outras perspectivas que poderiam levá-lo a ceder em sua vocação ambientalista, ao mesmo tempo em que sustenta um projeto factível e sustentável.

²SAUERBRUCH, Matthias. "O luxo da redução: sobre o papel da arquitetura no urbanismo ecológico", *op. cit.*, p. 578.

³MONTAGNA, Plínio. "Subjetivação contemporânea na metrópole". TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (Org.). *Panoramas interdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do Urbano*, p. 71.

⁴SAUERBRUCH, Matthias. "O luxo da redução: sobre o papel da arquitetura no urbanismo ecológico", *op. cit.*, p. 578.

⁵DUANY, Andrés. "Uma teoria geral do urbanismo ecológico". MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth. *Urbanismo Ecológico* (Org.). Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 406.

Em síntese, Duany avalia a permanência e ressurgência de alguns modelos de urbanismo que se tentou conjugar com o urbanismo ecológico. O urbanismo irresponsável por exemplo, cunhado por Rem Koolhaas em sua análise sobre Atlanta, move-se fundamentalmente pela máxima "a cidade está fora de controle, sejamos irresponsáveis".⁶ Dos inúmeros problemas acarretados pela dispersão dos subúrbios, a grande vantagem que talvez subsista dessa perspectiva é a sua baixa onerosidade e fácil administração. Porém, isso não significa que possamos adotá-lo em um modelo plenamente ecológico.

Por outro lado, o *velho urbanismo*, na expressão empregada por Alex Krieger, ressurgue na medida em que as pessoas percebem, por exemplo, que o uso do transporte público se aplicaria a um "estilo de vida ambientalmente responsável".⁷ No entanto, como reflete Duany, considerando "as pegadas ecológicas do habitante de Manhattan", embora esse modelo tenha um sucesso ambiental em suas consequências secundárias, seria ele um desastre em suas premissas técnicas, pois "não valoriza a natureza em absoluto".⁸

O chamado *novo urbanismo*, afirma Duany, seria um híbrido, que se lança tecnicamente contra a agilidade polimórfica do urbanismo irresponsável, mas não elimina, graças ao solo e petróleo baratos, o impacto físico do automóvel. Supostamente a sua solução é também o seu complicador, pois combina não apenas os melhores, mas também os piores aspectos dos modelos citados anteriormente.⁹

Outra forma híbrida é o *urbanismo paisagístico*, cujas origens repousam nos conceitos formais do paisagismo e se moderniza através da sustentabilidade. Para Duany, o problema deste modelo está na limitação de suas ferramentas quanto à "imitação da natureza", não conseguindo evitar a ruralização, mesmo de planos altamente densificados.¹⁰ A ideia de uma comunhão com a natureza substituiria as atividades sociais fomentadas pelos "antigos espaços urbanos", mas o engajamento nesse sentido resume-se a criar medidas que Duany critica como mera "camuflagem verde" a supermercados e estacionamentos à beira de estradas suburbanas.¹¹

.....
⁶*Ibidem.*

⁷*Ibidem*, p. 407.

⁸*Ibidem.*

⁹*Ibidem.*

¹⁰*Ibidem*, p. 408.

¹¹*Ibidem.*

Não havendo nenhuma forma de consenso entre esses modelos quanto ao que poderia ser o urbanismo ecológico, Andrés Duany propõe uma teoria geral do urbanismo ecológico que permita construir um modelo de *urbanismo sustentável*. Para tanto, ele aplica uma técnica derivada do *Transecto Rural-Urbano*, cuja teoria ambiental se fundamenta na geografia. Estendendo da área rural à urbana, o transecto "integra a metodologia ambiental para gestão do *habitat* com a metodologia de zoneamento para projetos urbanísticos".¹² De maneira integrativa, essa metodologia permite aos ambientalistas vislumbrar o projeto dos *habitats culturais*, assim como aos urbanistas, projetar os naturais. Enquanto instrumento taxonômico, o transecto mostra-se extremamente apropriado para analisar os elementos naturais e humanos, os quais, misturados (e por vezes díspares) em um urbanismo ecológico, podem criar habitats funcionais. A sua aplicação hoje é a de um sistema operacional de código livre, disponível para regras de zoneamento e outras regras que tendem a substituir o sistema comum de zoneamento.

Em sua aplicação do transecto à teoria geral do urbanismo, Andrés Duany propõe como elemento mediador entre os dois mundos natural e social, bem como entre as atividades biológica e econômica, o conceito de *diversidade*, no sentido de avaliar se as transações são física, econômica ou politicamente sustentáveis. A sustentabilidade é aqui decorrente de uma troca justa ou positiva, que Duany expressa através da seguinte equação: "Em qualquer ponto do transecto rural-urbano, a densidade agregada da diversidade social e natural após a urbanização deve ser aproximadamente igual ou maior à densidade da diversidade natural antes da urbanização."¹³

Aplicando-se essa equação aos modelos de urbanismo que concorrem pela denominação "ecológico", Duany produz uma análise esclarecedora sobre as vantagens de um modelo *sustentável*. No velho urbanismo, a diversidade social do centro urbano é maior do que no subúrbio, mas o seu problema se transfere para o valor menor que se atribui às áreas rurais e naturais. O velho urbanismo criou valor ao produzir habitações, lojas e entretenimento, com a viabilidade de trânsito, porém trouxe uma consequência negativa pela desnaturaçã das terras para que se tornem adequadas à construção compacta.¹⁴

Por sua vez, o urbanismo paisagístico privilegia exclusivamente a diversidade natural, resultando daí a sua falha. Via de regra, esse modelo conduz a um maior valor no subúrbio do que no centro urbano, faltando-lhe os instrumentos de medição para o lado urbano do transecto. O registro da diversidade social do centro urbano reduz-se à pavimentação impermeável e ilha de calor desprovida de verde.

.....
¹²*Ibidem*.

¹³*Ibidem*, p. 410.

¹⁴*Ibidem*.

Por outro lado, o novo urbanismo atribui ao subúrbio o valor mais baixo em diversidade natural e social, corrigindo a perspectiva do urbanismo paisagístico e do velho urbanismo. A partir de uma gama de ferramentas que permitem variar os limites urbanos para preservar as áreas naturais e rurais, além da orientação ao transporte público que favorece a diversidade social no centro urbano, o novo urbanismo é capaz de aceitar ou rejeitar a natureza em conformidade com a urbanidade relativa de cada zona. Entretanto, segundo Duany, o problema aqui estaria na incapacidade desse modelo justificar a casa unifamiliar suburbana, exceto como preferência do próprio mercado.

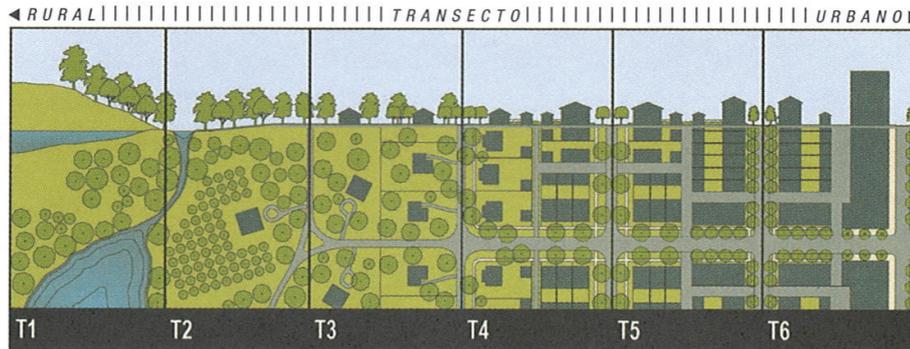
A grande vantagem do urbanismo ecológico sustentável é que ele "retém os valores equilibrados da diversidade social e natural do novo urbanismo, mas melhora o desempenho do subúrbio ao integrá-lo ao regime verde"¹⁵. Há, nesse sentido, uma retomada do subúrbio para compensar sua maior ocupação do solo e o seu grande impacto sobre o transporte, geração de energia, reuso da água, reciclagem e produção de alimentos.

Considerando o transecto rural-urbano, percebe-se que a diversidade natural e a social são combinadas em diversas proporções. O ideal do urbanismo paisagístico é a alta diversidade natural, enquanto o velho urbanismo tem o ideal inverso, da alta diversidade social. O problema desses paradigmas é que subestimam um ao outro, atribuindo em ambos os casos um injustificável valor alto ao subúrbio. Por outro lado, o novo urbanismo rompe a lógica monovalente a fim de valorizar tanto a diversidade natural como a social, nas extremidades da área natural e do centro urbano, ao mesmo tempo em que desvaloriza o Sub-urbano. O urbanismo ecológico, no modelo sustentável, de acordo com a teoria geral de Duany, "equaliza o nível de diversidade de todas as zonas T do transecto, criando a zona Sub-urbana, de modo que todas as zonas são justificadas do ponto de vista ambiental".¹⁶ Em cada zona, o que o modelo de urbanismo ecológico busca são alternativas para se alcançar o equilíbrio e a reconciliação dos valores rurais e urbanos, produzindo entre as áreas novas redes de conexão, como uma forma de apostar na diversidade tanto natural quanto social.

.....
¹⁵*Ibidem*, p. 411.

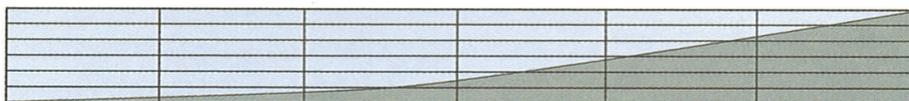
¹⁶*Ibidem*.

Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

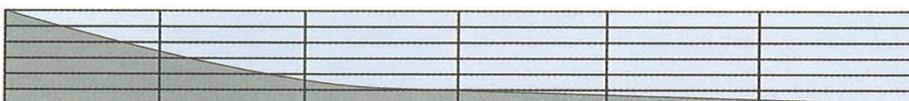


	MENOS DENSIDADE	MAIS DENSIDADE
PRIVADO	QUADRAS MAIORES	QUADRAS MENORES
	PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL	PREDOMINANTEMENTE USO MISTO
	CONSTRUÇÕES MENORES	CONSTRUÇÕES MAIORES
	MAIS ÁREAS VERDES	MAIS ÁREAS CONSTRUÍDAS
	PRÉDIOS ISOLADOS	PRÉDIOS CONTÍGUOS
	FACHADAS NÃO ALINHADAS	FACHADAS ALINHADAS
	JARDINS E VARANDAS	ALPENDRES E VITRINES
	GRANDES RECUOS	PEQUENOS RECUOS
	VOLUMES ARTICULADOS	VOLUMES SIMPLES
	EDIFICAÇÕES DE MADEIRA	EDIFICAÇÕES DE CONCRETO
	COBERTURAS EM VERTENTE	COBERTURAS PLANAS
	PEQUENOS LETREIROS NOS JARDINS	GRANDES LETREIROS NOS PRÉDIOS
	ANIMAIS DE FAZENDA	ANIMAIS DOMÉSTICOS
PÚBLICO	ESTRADAS E AVENIDAS	RUAS E PASSAGENS
	CAMINHOS ESTREITOS	CALÇADAS LARGAS
	GRANDES LINHAS DE VISÃO	PEQUENAS LINHAS DE VISÃO
	ESTACIONAMENTO ALEATÓRIO	ESTACIONAMENTO DETERMINADO
	RAIO DA ESQUINA GRANDE	RAIO DA ESQUINA PEQUENO
	VALAS DE DRENAGEM ABERTAS	MEIOS-FIOS ELEVADOS
	CÉU ESTRELADO	ILUMINAÇÃO ABUNDANTE
	ÁREAS ARBORIZADAS	ÁRVORES ALINHADAS NAS RUAS
	MAIS SILÊNCIO	MAIS RUÍDO PERMITIDO
CÍVICO	ESPAÇOS DE ENCONTRO LOCAIS	INSTITUIÇÕES REGIONAIS
	PARQUENAS E GRANDES ÁREAS VERDES	PRAÇAS E LARGOS

VELHO URBANISMO – PRIVILEGIA A DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA



URBANISMO PAISAGÍSTICO – PRIVILEGIA A DIVERSIDADE NATURAL



NOVO URBANISMO – VALORIZA A DIVERSIDADE NATURAL E SOCIOECONÔMICA



URBANISMO SUSTENTÁVEL – EQUALIZA A DIVERSIDADE NATURAL E SOCIOECONÔMICA EM TODAS AS ZONAS T



Em nosso sentir, embora não seja o único, o modelo proposto por Duany apresenta um importante recurso de análise para o estudo de zoneamento desde uma perspectiva urbanístico-ambiental. Com base no transecto, como se pode observar na figura anterior, o conjunto complexo de elementos, entre o rural e o urbano, pode ser mais facilmente designado e avaliado, nas diferentes zonas, através da equação ecológica da diversidade acima referida, a qual inclui os âmbitos cívico, público e privado, com os espaços de encontro local, parquenas e áreas verdes, iluminação, edificações, tamanho das quadras, densidade etc.¹⁷

Nesse complexo plano de análise, que envolve dimensões estéticas, econômicas e sociais, não se pode olvidar o papel arquitetônico-urbanístico na criação de sistemas tecnológicos ambientais cuja finalidade central é a integração destas dimensões um modelo ecológico, como assevera Thomas Schroepfer, professor da Universidade de Tecnologia e Design de Cingapura.¹⁸ Nesse sentido, a recuperação de bairros e mesmo de cidades, para além dos empreendimentos, passa a ter um papel central. "Arquitetos e urbanistas podem criar ambientes urbanos que levem em conta variáveis múltiplas – qualidade de vida, diversidade demográfica, meios de transporte alternativos e ecologias locais".¹⁹ No próximo ponto, serão apresentados alguns exemplos de recuperação de espaços urbanos com base em projetos ambientais a fim de mostrar a viabilidade de um modelo de urbanismo ecológico.

II) Além dos empreendimentos verdes: a sustentabilidade em escala urbana

O movimento que se inicia nas certificações de empreendimentos verdes ampliou-se nos últimos anos, tema merecedor de uma análise específica. O que aqui se propõe é a ilustração de como os projetos sustentáveis em escala urbana podem ser comparados e avaliados a partir de ferramentas de análise adequada. Certificados como o LEED, embora fundamentais em uma perspectiva de construção de prédios verdes, restringem-se apenas ao desempenho de edificações individuais.

.....
¹⁷*Ibidem*, p. 409.

¹⁸SCHROEPFER, Thomas. "Além do LEED: uma avaliação do verde na escala urbana". MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth. *Urbanismo Ecológico* (Org.). Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 500.

¹⁹*Ibidem*, p. 501.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

Há inúmeras outras possibilidades para a preservação, reconstrução e recuperação de áreas verdes, que vão desde os Ecobox (rede ecourbana autogerida – pequenos espaços e jardins comunitários)²⁰, na região de La Chapelle, no norte de Paris, até as “ecocidades”, como Masdar, nos Emirados Árabes Unidos, e Sarriguren, na Espanha.²¹

Dois interessantes exemplos são apresentados por Thomas Schroepfer sobre o alcance que pode tomar o modelo ecológico. O primeiro exemplo é de Vauban, uma antiga base militar de 38 hectares perto do centro de Freiburg, na Alemanha, comprada pela cidade em 1994. O objetivo da municipalidade foi o de transformar a referida base em um projeto ambiental e social de referência.²² “Vauban compreende duas mil residências que abrigam cinco mil pessoas, e unidades comerciais que fornecem mais de quinhentos empregos”.²³ Esse projeto tem sido avaliado como um dos mais positivos de pensamento ambiental no urbanismo europeu.



Vauban - © Ellen MacArthur Foundation, 2015 - <https://www.ellenmacarthurfoundation.org>

²⁰Atelier d'architecture autogée (AAA). “ECOBBox: rede ecourbana autogerida”. MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth. *Urbanismo Ecológico* (Org.). Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 510.

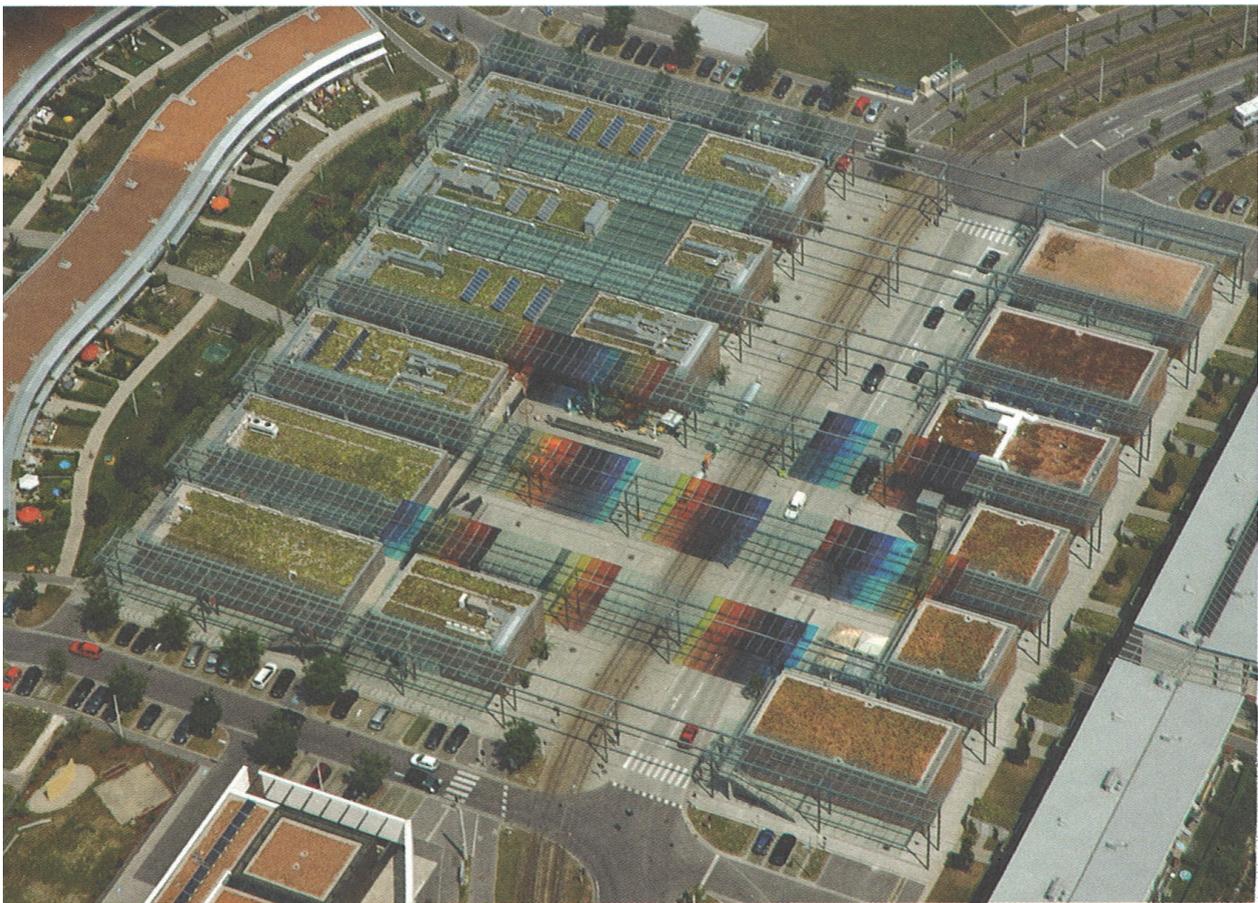
²¹SCHROEPFER, Thomas. “Além do LEED: uma avaliação do verde na escala urbana”, *op. cit.*, p. 500; Urban-e. “La ecociudad de Sarriguren”. Disponível em: http://urban-e.aq.upm.es/articulos/ver/la-ecociudad-de-sarriguren_1/completo. Acesso em 31/10/2016.

²²SCHROEPFER, Thomas. “Além do LEED: uma avaliação do verde na escala urbana”, *op. cit.*, p. 500.

²³*Ibidem*.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

O segundo exemplo apresentado por Schroepfer é o Solarcity Linz, em um distrito de Linz, na Áustria, que compreende cerca de 1,3 mil casas e 3 mil habitantes. Foi concebido como um empreendimento referencial em energias renováveis e inclui trabalhos de diversos arquitetos. A construção do seu núcleo ocorreu entre 1995 e 2005. "O empreendimento como um todo, incluindo aspectos arquitetônicos e a tecnologia ambiental, interagem propiciando uma comunidade sustentável que revela novas possibilidades de expressão estética".²⁴ Fundamentalmente, o eixo deste projeto experimental é a constituição de um modelo de habitação ecológica de vanguarda arquitetônica e urbanística.



Solarcity Linz - © Thomas Schroepfer, *Urbanismo Ecológico*, p. 501.

Além destes dois casos, podemos citar os projetos de recuperação de dois importantes espaços urbanos, estudados por Nina-Marie Lister, professora da Universidade Ryerson, em Toronto, que validam o conceito por ela empregado de uma *arquitetura adaptável*, capaz de reunir a resiliência dos sistemas paisagísticos a uma concepção de projetos orgânicos, adaptáveis e flexíveis, exigidos pela ausência de previsibilidade e de certeza na ecologia.²⁵

²⁴*Ibidem*, p. 501.

²⁵LISTER, Nina-Marie. "Ecologias insurgentes: (re)tomar espaço em paisagismo e urbanismo". *Urbanismo Ecológico* (Org.). Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 536.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

O primeiro deles é o “Rio + Cidade + Vida”, cuja proposta é a recuperação e transformação da área do baixo Don, na orla do lago Toronto. O Don é característico de uma área fluvial pós-industrial: “negligenciado e esquecido à medida que armadura da cidade fez tudo menos subsumi-lo”.²⁶ Desenvolvido pela empresa vencedora do concurso internacional, o projeto propõe colocar o rio em primeiro lugar, baseando-se na renovação ecológica do baixo Don. “O resultado é um plano que tece uma orla resiliente: uma tapeçaria urbana de serviços públicos, qualidade urbana e desempenho ecológico.”²⁷



Rio + Cidade + Vida - © Stoss Landscape Urbanism, *Urbanismo Ecológico*, p. 542.

Há ainda um segundo caso citado por Lister – o *Brick Works* da ONG Evergreen, cujo projeto arquitetônico busca a retomada de uma jazida de argila e uma antiga fábrica de tijolos, situada a seis mil quilômetros do baixo Don. Este projeto não se constitui como uma tentativa de restauração da natureza em sentido estrito, mas de reconhecer o público cidadão e estabelecer uma nova relação entre natureza e cultura. Os quatro temas que fundamentam o trabalho da Evergreen, em substituição à antiga fábrica de tijolos, que havia funcionado de 1899 a 1984, reflete a mudança de paradigma operada: (1) alimentação e descoberta; (2) alimentos e comunidade; (3) patrimônio natural e cultura e (4) jardinagem e verde.²⁸ Ao contrário do que se poderia esperar, a *Brick Works* não sofre com o conflito entre os espaços, pois o local “emprega uma arquitetura ecológica criativa para valorizar o patrimônio cultural e natural dentro do contexto urbano”.²⁹

²⁶*Ibidem*, p. 541.

²⁷*Ibidem*.

²⁸*Ibidem*, p. 544.

²⁹*Ibidem*.



Brick works - © F. Sardella, *Urbanismo Ecológico*, p. 544.

Os diferentes exemplos apresentados evidenciam como o novo conceito de um urbanismo ecológico foi aplicado em projetos voltados para áreas degradadas ou subutilizadas, com alto potencial de revitalização, em uma perspectiva sustentável.

III) Questões para um urbanismo ecológico na cidade de Porto Alegre

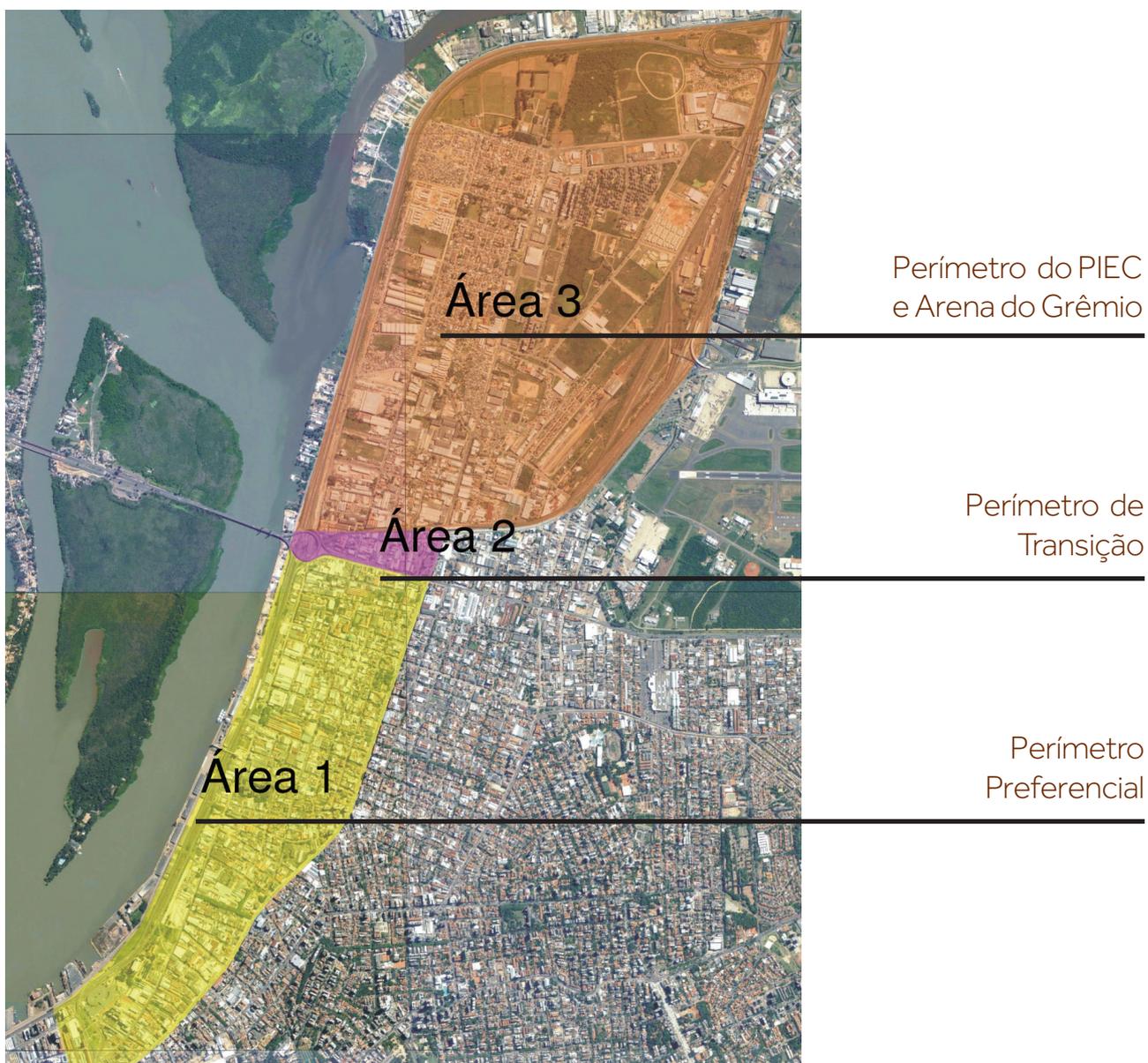
Considerando-se a formulação geral de um urbanismo ecológico e sustentável, foram revisados alguns exemplos, ao que tudo indica exitosos, da sua aplicação a áreas urbanas. A última etapa da presente análise concentra-se no planejamento urbanístico da cidade de Porto Alegre, especialmente em duas áreas que constituem objeto de estudo da Prefeitura Municipal. Uma dessas áreas, denominada 4º Distrito, possui grande potencial de revitalização; e a segunda, a Lomba do Pinheiro, também possui um enorme potencial para novos projetos, em harmonia com a preservação ambiental da região.

A área conhecida como 4º Distrito da cidade de Porto Alegre recebeu esta denominação desde a divisão territorial da cidade, então formada por chácaras, em 1892, em seis distritos. A delimitação do 4º distrito é notadamente muito abrangente, contornando uma área que pertence a diversos bairros da cidade – Navegantes, São Geraldo, Floresta e Orla do Guaíba.³⁰

.....
³⁰ JESUS, Rodrigo Poltosi Gomes de. "Uma abordagem para a revitalização do 4º Distrito". *1º Congresso Internacional – Espaços Públicos* (2015). Disponível em: http://www.pucrs.br/eventos/espacospublicos/downloads/026_D.pdf. Acesso em 14/11/2016.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

O antigo Caminho Novo, que consiste na atual Av. Voluntários da Pátria, tornou-se o eixo estruturador da ocupação desta área da cidade, que pela facilidade de conexão com o interior do Estado, proximidade do Guaíba e a estrada de ferro, mostrava-se plenamente adequado para a formação de um complexo industrial. Com diversas transformações ao longo dos anos, o 4º Distrito consolidou essa expectativa até a década de 1970, quando então se inicia um processo de "desconcentração industrial",³¹ conduzindo-o a uma perda gradual de identidade.



© Prefeitura de Porto Alegre - Projetos Estratégicos
(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150)

³¹*Ibidem*, p. 2.

Há alguns anos, por solicitação da comunidade, a Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre criou um primeiro Grupo de Trabalho (GT) para “formular diretrizes, projetos e programas para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria da qualidade de vida”.³² Inicialmente, a resposta da Prefeitura deu prioridade à implementação de projetos quase exclusivamente voltados para a rede viária, sem atender aos demais problemas da região. Por não enfrentar claramente essas questões, o risco que se estava a correr é o de não intervir na degradação do espaço público, acumulando-se ainda a desvalorização do patrimônio histórico, por conta de novas construções sem planejamento, e a perda de vitalidade urbana para a população que habita ou transita nesta região.

No entanto, em outubro de 2015, uma nova ação do GT Executivo do 4º Distrito, composta por diversas Secretarias e órgãos públicos, mobilizou a Secretaria de Planejamento Municipal, apresentando um “diagnóstico para a revitalização urbana e conversão econômica do 4º Distrito”, bem como “as premissas para o *Master Plan*”, um plano formulado com base em estudos que consideraram diversas experiências de revitalização, como a de Barcelona. As quatro premissas desse novo plano são: (i) a sustentabilidade; (ii) a resiliência; (iii) o uso misto e caminhabilidade; (iv) a incorporação de estudos setoriais já existentes.³³ O 4º Distrito foi dividido em três grandes áreas, com diferentes características geográficas e de adensamento, que foram pensadas de modo integrado a partir de uma rede potencial de clusters (tecnológico, educacional, de saúde, habitacional, institucional, econômico/financeiro e de indústria criativa).

A partir das linhas estratégicas centrais para o distrito, os planos específicos devem ser elaborados por meio de projetos colaborativos. A realização de workshops em 2016 com o apoio da UFRGS e a participação de diversos representantes da região³⁴ parece ser uma iniciativa importante para que o plano não recaia em um processo de gentrificação, mas se caracterize pela inclusão social. Com base na perspectiva do urbanismo ecológico, a revitalização do 4º Distrito a partir do plano apresentado pelo GT Executivo poderá encontrar a plenitude do seu desenvolvimento caso consiga, efetivamente, integrar as diversas áreas e promover projetos sustentáveis, que permitam renovar a região sem que ela perca inteiramente os seus traços, ou seja, reconquistando a área pela valorização do patrimônio

³²PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. “Qualificação do Espaço Público”. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150.

³³*Idem*. “Premissas e diretrizes para o Masterplan”. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d2.pdf. Acesso em 14/11/2016.

³⁴*Idem*. “Encontro debate diretrizes para a Revitalização do 4º Distrito”. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=186353&ENCONTRO+DEBATE+DIRETRIZES+PARA+A+REVITALIZACAO+DO+4O+DISTRITO. Acesso em 14/11/2016.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

histórico, de modo inclusivo e sustentável. O desafio não é o de um urbanismo paisagístico, mas de uma verdadeira integração desta grande área da cidade com o Rio Guaíba e arredores, promovendo a criação de novos espaços públicos que possam, de fato, revitalizar a área e dar a ela um novo valor socioambiental.

Uma segunda área de Porto Alegre que oferece um enorme potencial para o desenvolvimento de projetos inspirados em um urbanismo sustentável é a Lomba do Pinheiro. Esta área começou a ser ocupada na década de 1950. "Com vocação rural, abrigava fazendas de gado e o cultivo de hortigranjeiros. Aos poucos as fazendas e sítios foram sendo divididos, muitos deles em desacordo com as leis municipais".³⁵ Ao longo dos anos, a municipalidade instalou algumas famílias provenientes de remoções e, duas décadas depois, já se verificava uma nova paisagem com habitações populares. O bairro foi criado oficialmente em 1997, através da Lei Municipal nº 7.954.

"Hoje a Lomba do Pinheiro é o maior aglomerado de loteamentos irregulares e clandestinos da cidade, embora ali ainda sejam encontrados valores naturais de grande beleza e importância ecológica, tais como arroios, nascentes, encostas e vegetação exuberante de grande valor ambiental".³⁶



Eixo Lomba do Pinheiro
Restinga

© Prefeitura de Porto Alegre - Construindo a Lomba do Futuro
(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/planeja/publi_lomba_ordenado.pdf)

³⁵PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. "Trabalho com a comunidade". Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=148. Acesso em 14/11/2016.

³⁶*Ibidem*.

A elaboração de um Plano de Gestão Urbanístico-Ambiental (PGUA) para esta região da cidade ocorreu no ano de 1998, de modo vinculado às premissas do Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental (PDDUA). Naquela ocasião, o estudo foi formulado e elaborado como objetivo de “avaliar a legislação urbanística no que se refere, num primeiro nível, às regras de uso e ocupação do solo (regime urbanístico) e, num segundo nível, aos aspectos de estrutura urbana (sistema viário, espaços abertos, equipamentos comunitários etc).”³⁷ Em 1999, a partir do “Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro”, desenvolvido pela Secretaria do Planejamento Municipal, instalou-se um escritório na região, com o objetivo de produzir uma qualificação das propostas e uma mudança administrativa. Entre outras metas do projeto, foram designadas a consolidação da proteção ao patrimônio natural, a consolidação da ocupação existente e a criação de nova centralidade entre bairros. A partir da contratação da UFRGS para a Instituição do Grupo de Planejamento Local e Elaboração do Diagnóstico Integrado, consolidou-se, de 2002 a 2003, o Plano de Gestão Urbanístico Ambiental. Também se criou o Grupo de Planejamento Local (GPL), contando com representantes da comunidade e órgãos estaduais, o que possibilitou os principais problemas (físicos, sociais e econômicos) e irregularidades, como as propostas de solução a curto, médio e longo prazo.

Concluída a etapa de estudos e diagnósticos da região, deu-se um novo passo no sentido de propor regras diferenciadas, com o objetivo de manter locais com significativo valor ambiental e liberar áreas para um crescimento equilibrado e sustentável. Em 2009, aprovou-se junto à Câmara de Vereadores, a Lei Complementar nº 627/2009, que institui a Operação Urbana Consorciada, a qual, de acordo com seu art. 2º: “compreende o conjunto de intervenções urbanas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal em áreas específicas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental na área da intervenção”. Paralelamente, aprovou-se a Lei Complementar nº 630/2009, que foi a primeira Operação Urbana Consorciada proposta nos moldes do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001, arts. 32 a 34).

As Operações Urbanas Consorciadas são reguladas sempre por leis específicas, precedidas por Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e acompanhadas de um Plano contendo a área a ser atingida; os programas básicos de ocupação físico-ambiental da área, de atendimento econômico-social para a população diretamente afetada, bem como as finalidades da operação e contrapartidas a serem exigidas.

³⁷Idem. *Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro – Lomba do Futuro*. Porto Alegre: s/e, 2003, p. 08.

10 Reflexões sobre o urbanismo ecológico e o planejamento urbanístico de Porto Alegre

De acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 630/2009, a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro tem como finalidades:

- I – o fortalecimento do Poder Público como promotor da gestão dos processos de desenvolvimento local;
- II – a promoção da sustentabilidade urbano-ambiental como responsabilidade compartilhada por todos;
- III – a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) como compromisso coletivo de todos os agentes que produzem a Cidade;
- IV – a promoção da justa distribuição de ônus e benefícios do processo de urbanização;
- V – a recuperação e a distribuição da valorização imobiliária decorrente de alterações da normativa urbanística e dos investimentos públicos;
- VI – a adequação da proposta, visando à solução de problemas ambientais e habitacionais da região;
- VII – o zoneamento de usos diferenciados e a democratização do acesso à terra urbanizada na região da Lomba do Pinheiro;
- VIII – a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas pela população de baixa renda;
- IX – a promoção de empreendimentos e a urbanização da região da Lomba do Pinheiro, atendido o interesse público;
- X – a observância das diferentes características das sub-regiões da área objeto da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, mediante identificação de setores preferenciais;
- XI – a estruturação urbana por meio da promoção de execução de obras de infraestrutura básica e equipamentos comunitários; e
- XII – a implementação do Plano de Melhorias Urbanas, conforme a Seção V deste Capítulo.

A partir destas finalidades, a Lei Complementar define regras específicas para o uso e ocupação do solo, fixando um Regime Urbanístico básico e o máximo, com volumes de construção diferentes. A opção pelo segundo regime deve oferecer contrapartidas que revertam em obras para a região. Com base no Plano Básico de Ocupação e no Plano de Melhorias Urbanas, são definidas as contrapartidas, que funcionam como compensadores para a região, a fim de minimizar as carências de infraestrutura urbana e comunitária, bem como recuperar o ambiente natural da área.³⁸ Cada termo de compromisso formalizado entre o Poder Público e os empreendedores são fiscalizados e acompanhados pelo Comitê de Desenvolvimento, formado por representantes da administração pública e da sociedade civil. Conforme o exposto, a Lomba do Pinheiro mostra um enorme potencial para o estabelecimento de projetos inspirados pelo urbanismo ecológico, em concordância com as políticas públicas da cidade de Porto Alegre.

³⁸ *Idem*. "Trabalho com a comunidade", *op. cit.*

Considerações Finais

O que se buscou mostrar com este estudo é que urbanismo ecológico responde à urgência de um novo modelo para as cidades, tendo por objetivo o equilíbrio, de modo sustentável, entre o desenvolvimento e meio ambiente. De maneira mais ampla e não restrita a um empreendimento apenas, é necessário que, além da iniciativa privada, o poder público tome iniciativas para que o modelo ambiental seja de fato realizado e compartilhado por aqueles que transitam e permanecem nas cidades. Apresentamos alguns exemplos de iniciativa que superam o âmbito dos empreendimentos individuais e buscam equacionar valores urbanos e ambientais, revitalizando espaços abandonados ou subutilizados.

A cidade de Porto Alegre apresenta ao menos duas amplas áreas com enorme potencial para a efetivação de projetos que se engajam na realização de um modelo de urbanismo ecológico. Especialmente o projeto de revitalização do 4º Distrito e o novo tratamento conferido pela Prefeitura à Lomba do Pinheiro mostram-se promissores na perspectiva de um urbanismo sustentável.